

12 MAI 1992

Radiografia do Congresso

ESTADO DE SÃO PAULO

O fato de que há na Câmara dos Deputados e no Senado 12 bancadas informais, que, em muitas oportunidades, são mais poderosas do que os partidos, foi objeto de reportagem publicada na edição de anteontem e não pode passar sem comentário. Esses grupos de interesses se dividem entre parlamentaristas, bancada rural, Bloco da Economia Moderna (BEM), bancada nordestina, bancada do Banco do Brasil, Frente Parlamentar Nacionalista, bancada da Amazônia, bancada evangélica, bancada ACM (iniciais do governador da Bahia) e mais três outras, dos empreiteiros, dos funcionários públicos e da Petrobrás. É o caso de perguntar: e por que não a bancada dos portuários, que existe?

O simples enunciado de tais grupos mostra como será árdua nesse presidencialismo sem partidos (ou com legendas demais) alcançar maioria legislativa para ver aprovadas medidas de interesse público. Como conciliar, por exemplo, as convicções do BEM com as pretensões dos defensores da Petrobrás, empenhados na preservação do monopólio estatal do petróleo? Alguém de

boa-fé duvida de que, quando for necessário votar alguma proposição destinada a pôr fim a esse monopólio que tanto atraso tem acarretado ao País, a bancada *petrobraliana* o defenderá encarniçadamente, sem dar atenção mínima à condição partidária de seus integrantes? É da semana passada a circunstância de que, contrariando a posição assumida pelo PMDB, em favor do reajuste bimestral do valor do salário mínimo, parlamentares integrados nessa agremiação, mas vinculados à bancada ruralista, aderiram ao governo, prestando-lhe colaboração valiosa para a derrubada da emenda do Senado, que instituía aquele reajuste a curto prazo, restabelecendo a vigência do dispositivo que prevê aumentos quadrimestrais. A bancada ruralista os comandou...

Jamais será possível, examinada essa radiografia do Congresso, no clima de fisiologismo em que se exercita o mandato eletivo, a maioria oscilante dos deputados e senadores visando, antes de tudo, garantir a própria reeleição, juntar todos esses grupos em torno de acordos cujo objetivo seja resolver

a crise nacional. O *lobby* dos portos, cujos preços de operação e cujas greves repetidas tanto prejudicam o desenvolvimento nacional, é fortíssimo no Congresso. A ponto de retardar a votação de qualquer projeto que tenha em vista a modernização deles, desfazendo-se o odioso *statu quo* reinante. Dentro do Legislativo esse *lobby* congrega tanto o deputado Gastone Righi (PTB-SP) como o senador Mário Covas (PSDB-SP), amarrados a eleitores que os abandonarão se ousarem contrariá-los, manifestando-se favoravelmente a qualquer providência fadada a retirar os portos da crise em que se encontram, pois os sindicatos que dominam esses mesmos portos exploram essa mesma crise em seu proveito particular. O que é mau para o Brasil é bom para eles.

É preciso fortalecer os partidos políticos e torná-los autênticos. Enquanto forem suplantados por qualquer tipo de atitude de seus integrantes, apta a proteger posições imediatistas, ganhos inconfessáveis, pura e simples cobiça ou propósito de obter vantagens subalternas, o País permanecerá no caos a que chegou.